

A EXPLORAÇÃO DO “VALE DO LÍTIU” NAS ARENAS PÚBLICAS: COMPREENDENDO O PROBLEMA A PARTIR DE UMA AUDIÊNCIA PÚBLICA

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a extração de lítio tem atraído o interesse de investidores globais devido à sua eficácia comprovada na fabricação de baterias de longa duração, com potencial para substituir veículos a combustão e, conseqüentemente, reduzir a emissão de poluentes através da geração de energia “limpa” (RIBEIRO; RIBEIRO; COUTO, 2023). A região do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, que abriga as principais reservas de minério de lítio do país, foi rebatizada de “Vale do Lítio” em razão do crescente interesse na exploração mineral.

O “Vale do Lítio” abrange 14 cidades do Norte e Nordeste de Minas Gerais, como Araçuaí, Itinga, Capelinha, Coronel Murta, Itaobim, e Malacacheta, entre outras. A exploração do lítio é vista como uma potencial solução para os desafios socioeconômicos locais (SANTOS, 2022). Anteriormente marcada por representações de pobreza e atraso, a região agora é promovida como o “Vale da Esperança” pelo Governo de Minas Gerais, com a promessa de geração de empregos, redução da pobreza e fomento ao desenvolvimento regional. Esse cenário gera sentimentos mistos de esperança e preocupação. Por um lado, há otimismo em relação às oportunidades econômicas, geração de empregos e melhoria da infraestrutura; por outro, há apreensão em relação aos possíveis impactos negativos, como perda de terras e danos ambientais. Ouvir as vozes locais é crucial para entender a situação e garantir que os interesses e preocupações da população sejam considerados durante o processo de mineração (CAMPOS, 2023). A partir dessas questões é que ocorreu um audiência pública, em 05 de julho de 2024, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), Belo Horizonte.

Neste sentido, este trabalho se propõe a analisar como o problema da exploração do lítio no Vale do Jequitinhonha foi discutido em uma audiência pública, destacando a perspectiva das comunidades locais. Por meio da análise das discussões em uma audiência pública, é possível identificar as principais preocupações da população local e como os atores estão construindo a exploração do lítio como um problema. Para tanto, mobilizamos discursões sobre problemas e arenas públicas na perspectiva da sociologia das mobilizações coletivas de Cefaï (2009; 2017), Rocha (2017) e Andion et al. (2017).

2 OS PÚBLICOS, SEUS PROBLEMAS E ARENAS PÚBLICAS

Cefaï (2009) apresenta uma sociologia das mobilizações coletivas, partindo da sociologia pragmatista francesa e do pragmatismo americano. O autor destaca quatro elementos centrais desse entendimento: “[...] 1) O desenvolvimento de uma sociologia dos regimes de ação [...]; 2) A reativação da noção de ‘público’; 3) A concepção das redes e das organizações como arenas de experiência e de ação; 4) [...] uma concepção centrada na formação de experiências individuais e coletivas” (CEFAÏ, 2009, p. 11). Isso leva a uma perspectiva em que os públicos e problemas se constituem mutuamente em diferentes arenas: a “[...] dinâmica coletiva faz emergir ao mesmo tempo um problema e seu público” (CEFAÏ, 2017a, p. 188).

A partir deste entendimento a ação pública se institui constantemente nas relações entre atores individuais e coletivos (ANDION et al., 2017). Nessa concepção as formas de organizar a ação coletiva se formam sobre vivências e experiências (CEFAÏ, 2017) como no estudo de Rocha (2017). O autor compreendeu os processos que formaram públicos mobilizados em torno dos problemas do nuclear. O autor utilizou da ótica da sociologia pragmática francesa buscando seguir o trabalho dos atores concernidos pelo problema na região do município de Caetité, Bahia. Rocha (2017) destaca questões relevantes para o entendimento de como certos problemas se formam e se tornam públicos a partir do caso que estudou: os processos de dessingularização dos casos particulares; os problemas se formam quando os atores passam a indicar situações problemáticas; e a articulação entre especialistas e leigos.

Os temas de principais destaques na audiência dizem respeito aos léxicos de maior impacto “comunidade”, “pessoas” e “povos. Como termos de impacto intermediário, surgiram os léxicos “vale”, “direitos”, “território”, “água”, “casa” e “estrada”, o que demonstra as denúncias feitas em maior destaque durante a audiência. Por fim, outros temas relevantes são: “desenvolvimento”, “público”, “audiência”, “violações”, “tradicionais”, “quilombola” e “indígena”, que indicam a transversalidade dos assuntos abordados nos diálogos.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Em 05 de julho de 2024, foi realizada uma audiência pública pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais com a finalidade de debater os impactos socioambientais decorrentes da pesquisa e da exploração de lítio nos municípios localizados no Médio Vale do Jequitinhonha. A 14ª reunião extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, realizada a pedido da deputada Beatriz Cerqueira (PT) ouviu os atingidos, lideranças indígenas, quilombolas e comunitárias que denunciaram violações de direitos, falta de consulta pública sobre o projeto minerário e impactos negativos que vêm sofrendo em decorrência da mineração (Figura 02).

Figura 02 — Registros de participantes da audiência pública



Fonte: Luiz Santana/ALMG, site oficial ALMG (2024).

Após a abertura da reunião feita pelo presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, deputado Tito Torres (PSD), a deputada Beatriz Cerqueira (PT), autora do requerimento da audiência, explicou os motivos que levaram a convocação da reunião, sendo esta, um compromisso firmado entre ela e os moradores da região. Em seguida, cada convidado foi direcionado ao microfone para fazer os seus relatos, sendo anunciados pelo presidente da Comissão. Durante as falas na arena pública foram denunciados impactos ambientais, socioeconômicos, falta de consulta e participação comunitária, deslocamento e impacto em comunidades tradicionais, bem como danos estruturais em casas e moradias e diminuição da qualidade de vida dos moradores. Na Figura 03, é possível verificar o mapeamento dos impactos sentidos pelas comunidades desde o início da exploração de lítio.

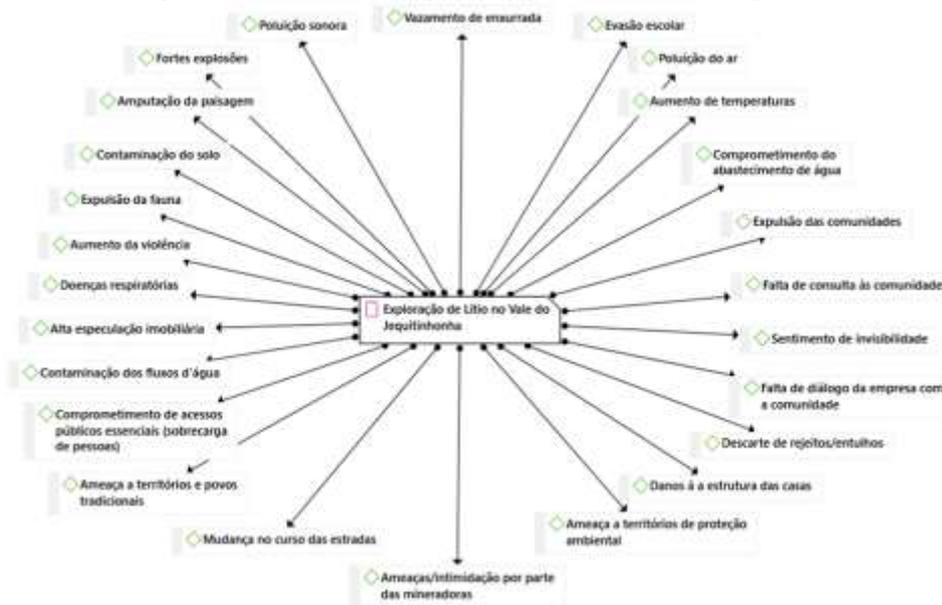
Um dos principais impactos levantados está relacionado a poluição do ar e doenças respiratórias desencadeadas pela poeira das explosões da mina. Nídia Miranda, moradora da comunidade de Piauí Poço Dantas em Itinga - MG, citou o caso da vizinha Dona Custódia, idosa acamada por problemas respiratórios, que mora a poucos metros da instalação da mineradora Sigma Lithium e tem sua casa invadida pela poeira das explosões.

[...] essa mineradora está minerando a poucos metros das casas, com muita poeira, explosões muito fortes, e tem uma senhora, que essa empresa vem explorando ao lado da casa dela, que se encontra no hospital. [...]. Já levamos várias pessoas para poder fazer a visita para ver a situação e nada foi resolvido. Até que hoje ela se encontra num estado gravíssimo no hospital. (Nídia Miranda, moradora de Piauí Poço Dantas).

Além de Nídia Miranda, outros moradores citaram o caso da Dona Custódia e outras pessoas, especialmente idosos, que vêm sendo acometidos por pneumonia, rinite e outras graves

doenças respiratórias: “Nos idosos da nossa região tá tendo muito problema pulmonar, tá chegando muito problemas pulmonar lá no hospital, por causa do pó” (Márcia Pereira Dias, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araçuaí).

Figura 03 – Matriz de Impactos a partir da audiência pública



Fonte: Elaborada pelos autores no software Atlas TI (2024).

Além da poeira, as explosões da mineração geram impactos como poluição sonora e danos às estruturas das casas próximas à mina: “As crianças também, estão dormindo na sala de aula, as crianças não tão desenvolvendo, gente. Porque eles não estão dormindo, devido ao barulho das máquinas trabalhando” (Márcia Pereira Dias, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araçuaí) e “Esse parente meu está com 74 anos, e aí ele não está aguentando mais ficar lá por causa dessa poeira, por causa da zoeira das máquinas que está acabando com o pessoal lá” (Osmar Marcelino Miranda, liderança indígena Aranã Caboclo).

Os danos estruturais decorrentes das explosões figuram entre os impactos mais mencionados pelos atingidos, os moradores relatam rachaduras nas casas e o constante medo de desabamento: “[...] minha casa, ela cai pedaço de parede, pedaço de ripa, as paredes já caíram tudo para fora, já abriu, está toda escorada.” (Dona Nilza Carlos, comunidade Ponte do Piauí); “eles mandaram as pessoas lá fazer vistoria na casa dela, tá toda rachada, tem rachadura que você pode colocar o braço. Ela foi obrigada a mudar de lá, morar em Araçuaí, de aluguel.” (Dona Maria, comunidade Ponte do Piauí). Segundo Lucas Martins, membro do Movimento Atingidos por Barragem (MAB) e representante da comunidade quilombola Córrego do Narciso, situações como estas já foram relatadas à mineradora nas reuniões que a empresa tem com as comunidades, mas que ela não assume a responsabilidade pelos danos.

A gente tem dignidade de ter uma moradia digna, a gente não construiu casa pra mineradora rachar porque a gente não tinha técnica nem engenheiro, como as mineradoras e os engenheiros falam: “suas casas estão rachadas porque suas casas não foram preparadas para receber impacto”. Claro que não foi preparada para receber impacto, foi preparada para morar gente, porque lá tinha gente, lá tinha gente quando vocês chegaram. (Lucas Martins, membro do MAB e representante da comunidade quilombola Córrego do Narciso).

Para além de impactos estruturais, de saúde e de qualidade de vida dos moradores e comunidades, são relatados também impactos ambientais e socioeconômicos, tais como: amputação da paisagem, contaminação do solo e água, aumento de temperaturas,

comprometimento do abastecimento de água, descarte de rejeitos, aumento da violência, alta especulação imobiliária nas zonas urbanas, evasão escolar, comprometimento de acessos públicos essenciais, entre outros.

Cleonice Maria da Silva, liderança indígena da Aldeia Cinta Vermelha, alega que, para os povos indígenas, o território não possui apenas valor material, mas também é considerado sagrado. Ela denuncia o desmatamento feito para construção da planta minerária da Sigma: “Essa empresa ‘Sigma’ mesmo, para fazer a plataforma dela, ela derrubou mais de 500 árvores. Angico, Aroeira, outras plantas, outros tipos de vegetação, impactando, claro, a fauna e a flora local.” (Cleonice Maria da Silva, liderança indígena da Aldeia Cinta Vermelha). Outro morador da região acrescentou: “Araçuaí, o ano passado, foi a cidade mais quente, pode dizer que do Brasil, né? E hoje o povo arrancando as árvores todas, não pode fazer isso, gente!” (Osmar Marcelino Miranda, liderança indígena Aranã Caboclo).

A chegada da mineradora impactou o volume populacional, comprometendo serviços públicos essenciais e trazendo alterações à vida e à rotina dos moradores: “[...] o hospital tá andando lotado, tem dia que você chega no hospital de manhã, você sai lá no outro dia, isso se você não desistir e acabar voltando para casa e tomando um chá para ver se melhora” (Márcia Pereira Dias, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araçuaí) e “A superlotação que já está tendo em Araçuaí, o aumento dos casos de violência, o aumento do tráfego de carros, o aumento de acidentes [...]” (Ingrid de Souza, Escola Família Agrícola de Araçuaí).

Considerando os pontos levantados pelos moradores e lideranças de comunidades tradicionais, foram feitos alguns encaminhamentos com vistas à entender melhor as situações e procurar soluções, tais como: a) Solicitar à Sigma Lithium Corporation, em São Paulo (SP), que garanta assessoria técnica independente às famílias da Comunidade Poço Dantas, no Município de Itinga, no processo de reparação integral devido à exploração de lítio; b) Realizar visitas às comunidades afetadas pela mineração de lítio nos municípios de Araçuaí, Itinga e Coronel Murta para verificar os danos socioambientais decorrentes da atividade; c) Encaminhar pedido à Secretaria de Estado de Governo, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag) e à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede) para garantir que nenhum projeto ou programa de governo utilize nomenclaturas que invisibilizem a identidade do Vale do Jequitinhonha, como “Vale do Lítio”, e que sejam consideradas as demandas das comunidades locais, respeitando o direito de consulta prévia, livre, informada e de boa-fé dos povos tradicionais conforme a Convenção nº 169 da OIT; d) Encaminhar à Fundação Cultural Palmares, em Brasília (DF), um pedido de celeridade na conclusão do processo de certificação das 143 comunidades quilombolas localizadas no Vale do Jequitinhonha e no Vale do Mucuri, considerando as violações de direitos devido aos grandes empreendimentos minerários.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora prometa grandes potenciais econômicos, a audiência pública analisada trouxe à tona graves preocupações socioambientais relacionadas à exploração do lítio no Vale do Jequitinhonha. Os impactos negativos relatados pelos moradores incluem poluição do ar, doenças respiratórias, danos estruturais às residências, e efeitos adversos na qualidade de vida das comunidades tradicionais. Além de destacar a falta de consulta e participação comunitária no processo minerário, bem como a invisibilização das identidades locais.

Diversos atores foram mobilizados em torno da realização da audiência, entre eles lideranças indígenas, quilombolas, comunitárias, representantes sindicais, e moradores locais. Além de contar com a participação de membros do MPMG, acadêmicos, e representantes de movimentos sociais, como o MAB. As dinâmicas coletivas observadas demonstraram como os públicos e problemas se constituíram mutuamente através de diversos relatos. A audiência pública serviu como uma arena onde os atingidos puderam expressar suas preocupações, denunciar violações e articular demandas coletivas, evidenciando a complexidade dos

problemas enfrentados. Resultando em encaminhamentos importantes, como a solicitação de assessoria técnica independente e a realização de visitas às comunidades afetadas.

Observamos a importância da figura do denunciante para a publicização do problema, uma vez que os denunciantes foram os primeiros a organizar formas de visibilidade e a mobilizar ações coletivas. Através de protestos, publicações e participação em mídias sociais, os denunciantes conseguiram atrair a atenção para as questões ambientais e sociais, pressionando por soluções e responsabilização dos atores envolvidos – com isso conseguiram mobilizar uma audiência pública na ALMG.

Os achados da pesquisa contribuem para a compreensão das dinâmicas de mobilização coletiva e da constituição de públicos e problemas em contextos de exploração mineral, além de destacar a importância da consulta e participação comunitária nos processos minerários. Entre as principais limitações da pesquisa, destacamos a pouca profundidade dos relatos, devido ao limite de tempo estabelecido para cada fala. É importante destacar ainda, que a exploração de lítio no Vale do Jequitinhonha ainda está em curso, sendo necessário continuar investigando os impactos das atividades extrativistas na região para compreender as dinâmicas de poder presentes neste cenário. Sugere-se que futuras pesquisas procurem se aprofundar nos relatos dos moradores e explorar outras fontes de dados, como entrevistas e estudos etnográficos, com vistas a compreender o fenômeno.

REFERÊNCIAS

- ANDION, C. et al. Sociedade civil e inovação social na esfera pública: uma perspectiva pragmatista. **Revista de Administração Pública**, v. 51, n. 3, p. 369-387, 2017.
- CAMPOS, L. Projeto ‘vale do lítio’ transformará o Jequitinhonha em polo de exploração para benefício externo. 2023. Disponível em: <<https://mg.caritas.org.br/noticias/projeto-vale-do-litio-transformara-o-jequitinhonha-em-polo-de-exploracao-para-beneficio-externo>>. Acesso em 16 de mar. de 2024.
- CEFAÏ, D. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. **Dilemas**, v. 2, n. 4, p. 11-48, 2009.
- CEFAÏ, D. Públicos, problemas públicos, arenas públicas...: O que nos ensina o pragmatismo (Parte 1). **Novos estudos CEBRAP**, v. 36, n. 1, p. 187-213, 2017.
- CHATEAURAYNAUD, F. Questões ambientais entre controvérsias e conflitos: ecologia política e sociologia pragmática na França. **Ciências em Debate**, v. 2, p. 14-40, 2017.
- RIBEIRO, D.; RIBEIRO, P.; COUTO, F. “No meio do meu caminho sempre haverá uma pedra”: A corrida pela exploração do lítio no Vale do Jequitinhonha. In: **I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO DA UNIMONTES**, Montes Claros, 2023.
- ROCHA, I. J. **O urânio e seus problemas: a formação dos públicos em torno da questão nuclear em Caetité/BA**. 2017. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.
- SANTOS, E. No tabuleiro estratégico da “economia verde”: a exploração do lítio no Brasil e em Portugal. In: **Coleção Iberografias - Paisagens e Desenvolvimento Rural**. v. 42. Âncora Editora; Centro de Estudos Ibéricos, 2022. p. 115-124.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- ASSEMBLEIA DE MINAS GERAIS. **05/07/2024 10:00 - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**. 5 jul. 2024. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=B1N5z1Fe__o>. Acesso em: 23 jul. 2024.